

Cidadania intempestiva: uma irrupção entre a estética e a política

Alexandre F. Mendes¹

1. Introdução: elementos para um conceito de cidadania intempestiva

O objetivo desta palestra, apresentada como parte da jornada de estudos Multitudoceno (2017), é abordar o conceito de *cidadania intempestiva* a partir de uma visão não normativa e não evolutiva dos direitos, que não dependa de critérios formais (extraídos de dentro do sistema jurídico), institucionais (como efeitos das instituições do poder constituído), ou de pertencimento político (critérios determinados por uma comunidade política).

Então a primeira premissa que adotamos, com base na definição do jurista andaluz Joaquin Herrera Flores, é que a cidadania e os direitos humanos são efeitos de *processos políticos, históricos e culturais*, e que portanto não dependem integralmente de um reconhecimento normativo, mas de processos abertos que garantam um conjunto de potências que possa ser materialmente usufruído (HERRERA FLORES, J. 2005).

A segunda nota sobre esta definição é que esses processos se apresentam em conjunturas históricas e políticas, mas também em *processos inconjunturais* (por fora dos radares da conjuntura política, das cronologias e causalidades históricas) que apontam para um feixe de tendências, linhas de força, tensões, conjuntos de possibilidades que podem se concretizar ou não. Nietzsche descrevia essa dimensão como uma “densa nuvem não histórica”, a perfuração na história do Intempestivo. (Apud DELEUZE, G. 2012). Isso é particularmente importante para que possamos pensar as irrupções de processos de construção de cidadania que não sejam reduzidas a meros efeitos de causalidades históricas, econômicas e políticas.

Se pegarmos como exemplos as lutas por uma nova cidadania em meados da década de 1970, descritas de uma forma original por Eder Sader (SADER, E. 2010), ou os processos desencadeados recentemente em Junho de 2013, perceberemos a

¹ Professor Adjunto da Faculdade de Direito da UERJ. Participa da Rede Universidade Nômade.

relação dessas duas dimensões: um entrelaçamento de processos que se realizam na história mas que, ao mesmo tempo, não podem ser reduzidos a ela. Por isso boa parte dos analistas políticos acabam não antecipando esses processos e, depois do acontecimento, tem dificuldades de analisá-los através das categorias políticas existentes.

Então, nós teríamos duas lógicas em atuação simultânea no que diz respeito à noção de cidadania, uma que diz respeito a uma lógica institucional, jurídica, normativa e relacionada a processos históricos específicos; outra, uma *lógica aberrante*, que aponta para um terreno informe, no qual o conflito se dá através de uma névoa de forças, potências, possibilidades e contingências que não seguem uma necessária cronologia (Cf. LAPOUJADE, D. 2015).

Uma terceira nota poderia ser mencionada através do trabalho do filósofo Étienne Balibar, que busca entender a cidadania não por um processo apenas de reconhecimento formal de direitos por uma comunidade política, mas como um terreno de invenção dessa própria comunidade (BALIBAR, 2012). Para produzir cidadania é preciso *criar* permanentemente uma comunidade que se reinventa a partir de uma teia complexa de conflitos, tensões e movimentos que são irredutíveis aos sujeitos políticos reconhecidos formalmente.

O exemplo que poderíamos dar é o caso Amarildo, durante Junho de 2013, quando, a partir da invenção de uma nova linguagem (“somos todos Amarildo”), se criou efetivamente uma comunidade política: um povo minoritário, existente no passado e no futuro, articulado por todos os pobres, negros, moradores das favelas, jovens funkeiros, grupos de mães de jovens assassinados pela guerra policial, corpos torturados, que passaram a exercer uma cidadania ativa, através da emergência de uma nova visibilidade. Em casos assim, fica claro que o usufruto material de direitos fundamentais (vida, liberdade, mobilidade, inviolabilidade de domicílio, participação política etc.) está articulado com a própria dimensão de invenção de comunidades políticas minoritárias e uma inscrição que estilhaça o consenso.

Outro exemplo, que já mencionamos, é a criação de um povo minoritário através de um conjunto de práticas e resistências no espaço da cidade, da fábrica, do ambiente doméstico, dos espaços de culto religioso, durante a década de 1970, aquilo que Eder Sader denominou de “pequenas luta difíceis”, ou que James Houlston conceituou de “cidadania insurgente”, investigando o mesmo período histórico em São Paulo (HOULSTON, J. 2013). A gênese desses sujeitos pode ser compreendida

por processos de produção de visibilidade (materializado desde as grandes greves do ABC à afirmação da mulher no espaço público através das lutas contra o custo de vida) e da prática de uma série de virações nas matrizes discursivas tradicionais (por exemplo, inflexão do uso de palavras como *revolução* oriunda das matrizes de esquerda, *dignidade* nas lutas do trabalho, *salvação* nas práticas religiosas da Igreja Católica etc.), que criaram uma nova língua (o próprio acrônimo ABC ganhou vida própria).

2. A cidadania entre o ver e o falar

A partir desses três pontos, que já delineiam importantes elementos sobre um possível conceito de cidadania intempestiva, poderíamos colocar outra questão: como inventar comunidades políticas e criar direitos diante do fechamento dos processos de cidadania pela conformação de consensos que desarticulam as condições de existência dessas comunidades? Nesse tópico, poderíamos mencionar a distinção elaborada por Rancière entre política e polícia, para encontrar a política justamente no deslocamento efetivo da ordem (polícia) que garante uma certa distribuição das visibilidades e das linguagens:

A atividade política é a que desloca um corpo do lugar que lhe era designado ou muda a destinação de um lugar; ela faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso ali onde só tinha lugar o barulho, faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho (RANCIÈRE, J.1994)

O processo de passagem do “barulho” ao que é audível ou do que não poderia ser visto ao que é visível, depende da fabricação de formas de percepção singulares e coletivas que fazem com que toda política *comece pela estética*, na formulação do filósofo David Lapoujade. Não porque a política deve ser estetizada ou a estética politizada, mas porque “tudo começa com ver e falar – e porque é pela estética que podemos remontar as condições mesma da experimentação” (LAPOUJADE, D. idem).

É por isso que podemos encontrar, por exemplo, a partir da literatura, problemas relacionados a invenção dos povos através da fabricação de novas visibilidades e novos enunciados. Três rápidas menções: Kafka e a invenção de uma comunidade política que enfrente e conjure as forças diabólicas do fascismo, da burocracia soviética e do americanismo, antecipando, no plano mesmo das forças

ainda não realizadas como “História”, esse embate; Melville e a invenção de um povo marítimo que enfrenta a terrível disciplina dos navios de guerra e navios mercantes, produzindo um desvio com relação às formas de constituição de uma força de trabalho e até uma perambulação que se opõe às previsíveis rotas comerciais; Guimarães Rosa e a invenção de um povo-jagunço, com sua própria língua e organização de bando, enfrentando a normalização do sertão realizada pelas forças da lei, da propriedade e do Estado.

Mas também no cinema: Glauber Rocha, em *Terra em Transe*, inventando um povo que não se deixa subordinar às representações sindicais pelegas, mesmo que sucumba no momento de sua aparição; Sergio Leone, contando a história dos Estados Unidos da América a contrapelo, explicitando a resistência de sujeitos anônimos, migrantes e dispersos contra os fenômenos de acumulação primitiva do capital; os filmes e séries de ficção científica, encontrando formas ínfimas de resistência e de liberdade – a possível organização dos mortos-vivos – mesmo diante de um mundo pós-apocalíptico, automatizado e preenchido por simulacros.

Como fender a combinação entre as palavras e as coisas, como deslizar da programação audiovisual do mundo, como não falar apenas sobre o que eu vejo, e ver apenas aquilo que eu falo? Como romper com a redundância que impede que comunidades políticas se formem e conquistem o direito à existência? Como evitar que tudo seja filtrado por recortes de visibilidade e por regimes de enunciação que conformam um padrão majoritário? Sem dúvida, trata-se de um problema político por excelência, que tem um impacto central na forma como pensamos e exercemos aquilo que se chama cidadania.

3. A ordem do consenso: a retroalimentação entre neoliberalismo e neodesenvolvimentismo

Podemos avançar colocando mais um problema. Como se compõe o consenso hoje com relação ao usufrutos dos direitos e da vida? Como funcionam as condições de visibilidade, que definem os comportamentos, as condições de fala, que definem as mentalidades e o discurso? Nos últimos anos, uma parte da questão buscou ser respondida teoricamente através da recepção do curso do Foucault sobre o neoliberalismo, ministrado no final da década de 1970.

Pierre Dardot, lembra que Foucault recusou realizar uma denúncia moral e geral ao neoliberalismo, tentando encontrar uma racionalidade governamental múltipla que transforma radicalmente as formas de exercício de poder com relação às formas anteriores do liberalismo (DARDOT, P. 2012). Não se trata apenas de pensar o trabalhador como um sujeito de direito, capaz de vender a sua força de trabalho, mas de tomá-lo como o local de investimento de uma subjetivação que o transforma em homem-empresa, em um empreendedor de si mesmo.

Foucault evita a conhecida crítica com relação ao estado mínimo para buscar entender o neoliberalismo como uma “governamentalidade ativa” que impulsiona uma série de modificações institucionais a partir de uma permanente regulação jurídico-econômica que busca a constituição do mercado e da concorrência. O quadro regulatório é correlato à transferência da responsabilidade sobre os direitos sociais para o domínio do homem-empresa que deve gerir privadamente questões ligadas à saúde, educação, previdência, seguro social etc. Não se trata apenas de mercantilização da vida, porque a própria lógica de produção mudou, percorrendo todos os poros do corpo social, das famílias às empresas, das empresas às instituições públicas e estatais.

A relação entre este poder sobre a vida e a dinâmica da financeirização, a partir da influência foucaultiana, ganhou contribuições interessantes pelos teóricos da chamada “bioeconomia” a partir de três frentes distintas e relacionadas:

a) primeiro, Fumagalli denomina devir-renda do salário a transformação do trabalhador, aposentado e pensionista em investidor financeiro, o que se dá com a conversão dos salários, pensões, e direitos sociais em geral, em ativos financeiros administrados por bancos, fundos de pensão, fundos de investimento etc. Dessa forma, cada trabalhador passa a ser interessado direto na valorização financeira dos valores recebidos em razão do trabalho ou dos direitos respectivos (FUMAGALLI, A. 2010);

b) segundo, para Christian Marazzi, a financeirização serve de dispositivo de agregação dos processos de individualização, um tipo de comunismo do capital em que o capital financeiro passa a ser o representante coletivo dos múltiplos trabalhadores/investidores que fazem parte da nova sociedade civil (MARAZZI, C. 2010);

c) terceiro, Maurizio Lazzarato analisa o papel das finanças na produção e no controle das subjetividades a partir do dispositivo débito-crédito, como forma de

controle do próprio trabalhador e vinculação à produção em uma sociedade pós-disciplinar. A dívida é o dispositivo que permite um controle permanente e a céu aberto, dispensando o antigo papel desempenhado pelo gerente da fábrica (LAZZARATO, M. 2011).

A atual gestão da crise do Estado do Rio de Janeiro é um exemplo deste funcionamento. Primeiro, o pagamento dos salários e aposentadorias começou a depender de desempenhos no mercado financeiro e, no auge da crise, da renegociação das dívidas do Estado com credores e com o governo federal; isso criou uma situação de chantagem para os servidores já que para efetuar o pagamento o Estado afirmou ser necessário um novo empréstimo cujas garantias seriam ações da empresa pública de fornecimento de água e um aumento da contribuição previdenciária; terceiro, os servidores foram jogados em uma situação de endividamento que os força a trabalhar ainda mais, em trabalhos precários ou autônomos.

Foucault, desde sua análise sobre o liberalismo, passa a se interessar pelo mercado como princípio de verificação (FOUCAULT, M. 2004), ou seja como um novo foco de produção de verdade a partir de um campo de visibilidade (no caso do neoliberalismo a sociedade-empresa) e de um campo de produção discursiva (uma série de enunciados relacionados à gestão da vida). Seguindo o nosso roteiro, o neoliberalismo estabelece então uma polícia, no sentido de Rancière, que opera a organização da verdade, das visibilidades e do regime de enunciados que define as condições de ver e falar na contemporaneidade.

Para Wendy Brown (BROWN, W. 2015), há um processo de (des)democratização ínsito ao neoliberalismo em função da aplicação da grade econômica para todos os setores da vida social, impossibilitando o exercício da própria cidadania, na medida em que toda a esfera pública passa a ser avaliada a partir do crivo da sociedade-empresa. Maurizio Lazzarato, por outras vias, chega a conclusão parecida, apontando os limites da análise de Foucault com relação à correlação entre neoliberalismo e uma governamentalidade autoritária e, mais recentemente, o seu vínculo inexorável com uma guerra civil mundial (LAZZARATO, *idem*).

Contudo, uma questão pouco discutida no curso do Foucault é sua crítica com relação a ausência, na chamado campo de esquerda, de uma arte de governar própria. Isto é, para Foucault as práticas políticas da esquerda tomam sempre por empréstimo outras artes de governar, keynesianas, burocráticas, administrativas, neoliberais etc.

Por isso, as chamadas alternativas ao neoliberalismo, longe de desencadear processos de invenção de novas artes de governo, acabam retomando práticas governamentais já desenvolvidas desde o século XVI.

Se pensarmos a formação dos consensos, a partir das combinações entre ver e falar, o problema da crítica do neoliberalismo é também estética, no sentido mencionado por Lapoujade, ou seja, pela impossibilidade de inventarmos novos campos de experimentação para além dos marcos já existentes, incluindo as fórmulas do chamado Estado Social. Então, o problema é acima de tudo de percepção ou de política, no sentido da necessidade de desorganizar as coisas para que um novo campo de visível e de linguagem possa surgir (ainda na definição de Rancière).

Nesse sentido, um inevitável comentário sobre a forma como os chamados governos progressistas da América Latina tentaram reagir a crise mundial de 2008 deve aqui ser considerado. O impacto da crise global na região, incluindo a perda de legitimidade das fórmulas neoliberais presentes nos próprios governos, provocou um acirramento nas políticas neodesenvolvimentistas e neoextrativistas. Ao contrário dos ajustes fiscais praticados pela oligarquia financeira na Europa no pós-2008, os “governos progressistas” responderam, não através do fortalecimento de suas prévias tendências neoliberais no campo da estabilidade econômica, mas encontrando na crise um meio de exercer uma virada “anti-neoliberal”, que não trouxe nenhum elemento de inovação que pudesse abrir campo para uma nova arte de governar (COCCO, G. 2013; CAVA, B. MENDES, A. 2015).

O Brasil, talvez, seja o caso evidente da adoção de fórmulas desgastadas, condensadas na “Nova Matriz Econômica” de Dilma Rousseff. Essa “virada” representou, na verdade, uma velha aposta baseada no retorno do protagonismo do Estado através de várias medidas, entre elas, o protagonismo dos bancos estatais e fundos públicos; protecionismo tarifário; estímulo à formação de grandes *players* nacionais; tentativa de redução forçada dos juros; estímulo a grandes obras e empreendimentos com o resgate, inclusive, de projetos nacionalistas da ditadura militar e adoção de uma estratégia militar baseada na ideia de defesa nacional, com o desenvolvimento de submarinos atômicos e aquisição de caças de combate, entre outros exemplos (MENDES, A. 2018).

O resultado é a retroalimentação infinita das duas formas de gerir a crise, tendo a saída pelo neodesenvolvimentismo provocado o posterior acirramento dos ajustes neoliberais, que por sua vez alimentam, atualmente, a crítica

desenvolvimentista. O consenso se estabelece, mesmo que a partir de polos aparentemente opostos, impedindo o deslocamento para outras condições de se conceber uma cidadania ativa, que não repita o *looping* entre um desenvolvimentismo predador e um neoliberalismo que elimina o usufruto democrático dos direitos.

Conclusão: cidadania e Junho intempestivo

Voltamos, então, ao início da intervenção, lembrando Balibar, para perguntar sobre as condições de criação de uma comunidade política que possa exercer uma gama heterogênea de repertórios conflitivos contra o consenso que nos impede de formular a questão de outra maneira, de colocar novos termos para o problema. Como exercer um deslocamento político necessário que possa arrastar nossa percepção para novas formas de conceber a cidadania?

Acreditamos que esta comunidade já está criada e se tornou visível e audível a partir de Junho de 2013. A primeira característica inovadora dos levantes, ainda no momento da Primavera Árabe, esteve em articular as aspirações por liberdade, igualdade e radicalização democrática em uma escala inédita, que extravasou o próprio campo tido como “ativista”, presente nos protestos, assembléias e acampadas. A segunda característica, no momento atual em que as forças de restauração estão presentes, é a criação de um terreno político difuso e heterogêneo, altamente mobilizado, e como um inteligência coletiva própria, que busca materializar a nova distribuição do sensível, as novas formas de percepção, produzidas pelos levantes.

Bastou que os levantes se renovassem a partir de condições reais da própria existência – a emergência da luta dos caminhoneiros por todo o Brasil – para mostrar, mais uma vez, como os modos de governar a nossa vida se tornaram obsoletos e incompatíveis com o espaço-tempo aberto desde Junho de 2013 (e não só a relação com o sistema político, mas também com a cidade, o transporte, o ar que respiramos, a nossa alimentação etc.). Na dinâmica viva do acontecimento, também os novos dualismos que tentaram reorganizar o pós-Junho passaram a soar já antigos e até irrelevantes (a retroalimentação cultural dos grupos de direita e de esquerda, o falso jogo entre oposição e situação no sistema político, a divisão entre golpistas e golpeados – todos incapazes de fazer frente à fratura provocada pelos novos levantes).

É, portanto, o esforço estético-político em afirmar uma nova percepção já conquistada (aquilo que já vimos e não queremos deixar de ver) que marca a

insistência do agenciamento político instável, flutuante e sem coordenadas prévias que emergiu em Junho de 2013. É ele que, recusando as possibilidades limitadas da conjuntura (o lógica do “menos pior”), irrompe a cada momento para afirmar a invenção de uma nova comunidade, perfurando, no mesmo movimento, as narrativas que se estabelecem como a ordem do que se pode falar, ouvir e fazer. Eis o enigma colocado por Junho de 2013: contra uma gestão biopolítica da cidadania, através de um *looping* violento entre neoliberalismo e neodesenvolvimentismo, a emergência de uma cidadania intempestiva, que busca permanentemente criar as condições de sua própria existência.

Referências:

BALIBAR, É. *Cittadinanza*. Torino: Bollati Boringhieri, 2012.

BROWN, W. *Undoing demos: neoliberalism's stealth revolution*. New York: Zone Books, 2015.

CAVA, B. MENDES, A. *A esquerda que venceu*. In: Revista Lugar Comum: estudos de mídia, cultura e cidadania, n° 45. Rio de Janeiro: UFRJ, maio/dez. de 2015.

COCCO, Giuseppe. *KorpoBraz: por uma política dos corpos*. Rio de Janeiro: Mauad, 2013.

DARDOT, P. *Le capitalisme à la lumière du néolibéralisme*. In: Revue Raisons Politiques, n° 52. Paris: Sciences Po, Les Presses, 2013.

DELEUZE, G. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 2012.

FOUCAULT, M. *Naissance de la biopolitique*. Cours au Collège de France (1978-79). Paris: Gallimard, 2004.

FUMAGALLI, A. *Bioeconomia y capitalismo cognitivo: hacia un nuevo paradigma de acumulación*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2010.

HERRERA FLORES, J. *Los derechos humanos como productos culturales*. Crítica del humanismo abstrato. Madrid: Catarata, 2005.

HOULSTON, J. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2013.

LAPOUJADE, D. *Deleuze, os movimentos aberrantes*. São Paulo: N-1, 2015.

LAZZARATO, M. *La fabrique de l'homme endetté: essai sur condition néolibérale*. Paris: Édition Amsterdam, 2011.

MARAZZI, C. *Il comunismo del capitale*. Verona: Ombre Corte, 2010.

MENDES, F.A. *O que podem as máscaras e as bandeiras: uma leitura do livro *The mask and the flag*, de Paolo Gerbaudo*. In: Revista Lugar Comum: estudos de mídia, cultura e cidadania, nº 51. Rio de Janeiro: UFRJ, jan/abril. de 2018.

RANCIÈRE, J. *O desentendimento*. Política e filosofia. São Paulo: Ed. 34, 1996.

SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena*. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. 4a edição. São Paulo: Paz e Terra, 2010.